

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

DANIELE HUNGARO DA SILVA

**INOVAÇÕES EDUCACIONAIS NOS ANOS DE 1870 A 1890:
COEDUCAÇÃO DOS SEXOS E MÉTODO INTUITIVO**

MARINGÁ

2012

DANIELE HUNGARO DA SILVA

**INOVAÇÕES EDUCACIONAIS NOS ANOS DE 1870 A 1890:
COEDUCAÇÃO DOS SEXOS E MÉTODO INTUITIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso –
TCC, apresentado ao Curso de
Pedagogia, como requisito para
cumprimento das atividades exigidas
na disciplina do TCC.

Coordenação: Profa. Aline Frollini
Lunardelli Lara.

Orientação: Prof^a Dra. Maria Cristina
Gomes Machado.

MARINGÁ

2012

RESUMO

Com este trabalho investiga-se as inovações que emergiram nos debates sobre instrução pública na reforma educacional de Leôncio de Carvalho, nos pareceres de Rui Barbosa e na Reforma Benjamin Constant (1837-1891), nos anos finais do Império e início da República no Brasil, dando ênfase para a presença da coeducação dos sexos e para o método intuitivo. Nessas discussões em torno do processo de organização da escola pública pretendiam reformar o ensino no país em todos os níveis. Rui Barbosa participou de uma comissão na Assembléia Legislativa para dar parecer a um novo projeto para a educação discutido na Câmara pela Comissão de Instrução Pública por intermédio do Decreto nº. 7.247 de autoria de Leôncio de Carvalho publicado em 19 de abril de 1879, originando-se daí a “Reforma do ensino secundário e superior” (1882) e “Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública” (1883) de autoria de Rui Barbosa. No período republicano, Benjamin Constant Botelho de Magalhães foi o autor responsável pela continuação das Reformas de Instrução Pública em 1890. Esta pesquisa acompanha-se a polêmica desencadeada pelas temáticas “método intuitivo e coeducação dos sexos” entre os autores supracitados. O século XIX é o século em que se divulga a ideia de que é necessário que a escola pública seja ofertada a todas as classes, independentemente do sexo. Contudo, a presença de meninos e meninas no mesmo espaço escolar era uma questão a ser discutida, bem como se definir qual seria o melhor método a ser utilizado nas escolas. Compreende-se que esse debate deve ser analisado na relação que se estabelece com o contexto social histórico da época mencionada, final do Império e Início da República.

Palavras-chave: História da Educação; Estado e Educação; Coeducação dos sexos e método intuitivo.

ABSTRACT

This paper has the intention to investigate the innovations which emerged in debates about public instruction in educational reform of Lencio de Carvalho, Rui Barbosa opinions and Benjamin Constant's reform (1837-1891), in the later years of the Empire and beginning of Republic in Brazil giving emphasis to the presence of coeducation of genders and the intuitive method. These questions were presented to the Legislative Assembly of Brazil in debates of Leôncio de Carvalho (1847-1912) and opinions of Rui Barbosa (1849-1923). During this period, discussions around the process of public school organization intended to reform the education in the country at all levels. From this, Rui Barbosa attended a committee in the Legislature to advice a new project of education discussed by the House Committee on Public Education through the Decree. 7247 authored by Leôncio de Carvalho posted on 04/19/1879, originating the "Reform of the secondary and higher education" (1882) and "Reform of primary and complementary various institutions of public education" (1883) authored by Rui Barbosa. On the period of Republican, Benjamin Constant Botelho de Magalhães was the author responsible for the continuation of Public Instruction reforms in 1890. This research seeks to follow the controversy triggered by the topic "intuitive method and coeducation of the genders" between the aforementioned authors. The nineteenth century, it was disseminates the ideia

that it is ought to offer public school to all social classes, regardless of gender. However, the presence of boys and girls in the same school space was an issue to be discussed, as well as to define what would be the best method to be used in schools. It is understood that this debate should be analyzed in relation established with the social history of the time mentioned, the end of Empire and Early Republic.

Keywords: [History of Education, State and Education; coeducation of the genders and intuitive method].

INTRODUÇÃO

O presente artigo investiga a questão da coeducação dos sexos e do método intuitivo, no Brasil, como necessários às escolas públicas, nas décadas de 1870 a 1890. Com base nas propostas de reformas de educação de Leôncio de Carvalho (1879), Rui Barbosa (1883) e Benjamin Constant (1890), estuda-se as diversas transformações sociais, políticas e econômicas do Brasil no final do Império e início da República que provocaram questões relativas aos processos de organização do ensino público no país em seus variados níveis.

Com uma breve revisão da legislação geral brasileira no período que antecede estas reformas, a Lei de 15 de outubro de 1827 determinava que os sexos estudassem em separados, ficando subordinado a cada sexo imposições e limites de regras, educação moral e cívica, exclusão de matérias e normas do comportamento, já o ato Adicional de 1834 visou descentralizar o ensino e estabelecer a educação como um direito de todos e dever do Estado e demais instituições governamentais ao “organizar e manter” sistemas de educação em seu território. Poucos eram os que tinham acesso a educação e as escolas apresentavam programas de ensino diferenciados tanto para meninos, quanto para meninas. Ao governo neste período, cabia somente o compromisso de subsidiar a instrução primária e secundária no Município da Corte e o ensino superior para o Império.

O Brasil da época oitocentista caracterizou-se pelas transformações sociais marcadas pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre, pela imigração, pelas modificações econômicas com o início da industrialização e pelas mudanças políticas com a implementação da República. Desta forma, as transformações que ocorriam no contexto da sociedade do século XIX, faziam

com que se desencadeassem alterações em torno dos processos de instrução pública.

O século XIX é o século no qual se propaga a ideia de escola pública ofertada a todas as classes, independentemente do sexo, no Brasil, contudo, a permanência de meninos e meninas reunidos no mesmo espaço escolar era uma questão nova a ser discutida. Compreende-se que esta análise estabelece relação com o contexto histórico da época abordada de conjunto com as relações sociais temporalmente definidas por meio dos modos de produção material dos homens.

O período final do Império e início da Primeira República (1889-1930) se destacou por ter em demasia formulação de propostas de reformas para a educação. No entanto, dos vários projetos que foram dirigidos à Assembléia Legislativa e das cinco propostas apresentadas durante este período, destaca-se como primordiais para este estudo o Decreto de Leôncio de Carvalho (1879) e, a partir deste, os *pareceres* de Rui Barbosa (1883), bem como o projeto de reforma de Benjamin Constant (1890-1891). Destacam-se as inovações que estes trouxeram para a história da educação pública, acompanhando a defesa das propostas de coeducação dos sexos e método intuitivo que estava inserido em programas curriculares. Intensificaram-se nesse período as discussões em torno do processo de organização da escola pública a fim de buscar mudanças no ensino do país em todos os níveis, neste sentido Leôncio de Carvalho propôs o Decreto nº. 7.247, de 19 de abril de 1879 (BARBOSA, 1942), Barbosa formulou pareceres em torno deste Decreto, e Benjamin Constant criou o Decreto nº. 981 em 08/11/1890 (BRASIL, 1890), ambos os materiais serão tomados como marco inicial deste estudo que toma como recorte temporal nas décadas de 1870 a 1890.

A partir da concepção do que representou as discussões em torno da instrução pública no período do século XIX entre intelectuais e políticos brasileiros para melhorias e investimentos na educação, indaga-se: De que maneira o método intuitivo se relacionou com a coeducação? Quais foram as posições de Leôncio de Carvalho, Rui Barbosa e Benjamin Constant sobre o método intuitivo e coeducação dos sexos?

Para responder a esses e outros questionamentos foi feito um estudo da produção bibliográfica que aborda o assunto da coeducação dos sexos no

Brasil neste período. Sobretudo, considera-se importante verificar o contexto de implantação da escola pública gratuita, obrigatória e laica destinada a todas as classes sociais que difundiu o modelo escolar em que foi permitida a coeducação dos sexos. Acredita-se que o presente trabalho serve de subsídios para que haja melhor entendimento de se considerar natural a permanência de meninos e meninas no mesmo espaço escolar nos dias de hoje. Quanto ao método intuitivo, o trabalho proporciona apoio para a compreensão deste método, que aliado a formação de professores, foi um dos principais elementos de difusão da escolarização para as classes populares, no final das décadas do século XIX.

A análise das fontes primárias da pesquisa parte do pressuposto de que as questões abordadas pelos autores devem ser entendidas em sua relação com o contexto social. A temática *coeducação dos sexos e método intuitivo* deve ser analisada em conjunto com as propostas educacionais, assim leituras de estudos que analisam esse debate são importantes à pesquisa, bem como os estudos que fundamentam a compreensão das transformações sociais, políticas e educacionais que marcaram o final do século XIX. Trata-se de um estudo histórico que buscou compreender os debates ocorridos no campo educacional, social e político.

Esta pesquisa resulta em um artigo de caráter bibliográfico baseado nas leituras dos proponentes supracitados para as reformas de instrução pública do Brasil no final do Império e início da República e, que visavam regulamentar a escola Primária do 1º e do 2º grau, e organizar o ensino superior. Durante a pesquisa, se utiliza material de apoio, como a leitura de livros sobre o momento histórico e de materiais que se referem ao debate sobre a coeducação dos sexos e método intuitivo no Brasil. Dentre as atividades específicas desenvolvidas no estudo, destaca-se o levantamento de obras, além das que foram apontadas no projeto, que permitiram compreender as transformações sociais, políticas e econômicas do período analisado. Foi realizada a leitura e fichamento das fontes principais da pesquisa; bem como análise das fontes primárias e redação preliminar de um texto discutindo os principais argumentos encontrados para a elaboração do artigo, anotações sistematizadas dos textos que permitem aprofundar a compreensão do período.

Enfim, este artigo se justifica pela importância do estudo das propostas realizadas por Leôncio de Carvalho, Rui Barbosa e Benjamin Constant defendidos entre o período da passagem do Império para a República e de acordo com as transformações sociais que ocorriam em determinado tempo histórico, dentre elas, a transição do trabalho escravo para o livre. O trabalho se insere na linha de pesquisa “História e Historiografia da Educação”, e busca compreender a origem do sistema educacional de ensino no Brasil, a partir do estudo de Maria Cristina Gomes Machado, intitulado “O projeto de Rui Barbosa: o papel da educação na modernização da sociedade”, no qual estudou o pensamento de Rui Barbosa entre 1878 e 1892.

Hoje, é considerada natural a permanência de meninos e meninas no mesmo espaço escolar, contudo é importante verificar o contexto de implantação da escola pública gratuita, obrigatória e laica destinada a todas as classes sociais que difundiu o modelo escolar em que foi permitida a coeducação e o uso do método intuitivo. O estudo de como ocorreu o processo de construção de nosso modelo educacional, nos permite compreender que esse processo é histórico e construído socialmente.

No que diz respeito a estrutura do artigo e como se organiza, preocupou-se planejar o corpo do trabalho em duas partes, se resumindo em explicar a reforma de Leôncio de Carvalho (1879), pareceres de Barbosa (1883) e reforma de Benjamin Constant (1890) da maneira como elas seguem na construção histórica da escola pública. Desta forma, a primeira parte do texto enfatizou a reforma de Leôncio de Carvalho (1879) e, diante desta reforma, os pareceres de Rui Barbosa (1883), esmiuçando o assunto da coeducação dos sexos no Brasil. A segunda parte do texto contemplou a reforma educacional de Benjamin Botelho Constant (1890) e no que tange o método intuitivo no Brasil. Quase na mesma época histórica tais projetos foram revelados, em uma linearidade. Pensando nesta ideia abordou-se também a questão do método intuitivo por Leôncio e Barbosa. No entanto, a defesa e discussão sobre adoção do método aparece com maior veemência neste trabalho na reforma de Benjamin Constant (1890). Foi ressaltado ainda de que maneira a co-educação poderia estar sendo defendida por meio deste pensamento do método experimental, já que estariam os sujeitos exercendo

nas escolas, as formas de sociedade. As reformas foram separadas por assunto, para melhor compreensão do leitor.

A COEDUCAÇÃO DOS SEXOS E MÉTODO INTUITIVO NA PERSPECTIVA DE LEÔNCIO DE CARVALHO E RUI BARBOSA

O Decreto de Leônicio de Carvalho (1879) foi um marco inicial no processo de organização da escola pública brasileira. Nele, debatia-se se o Estado deveria ter exclusividade na oferta da educação e previa que a medida para a coeducação dos sexos fosse limitada até a idade dos dez anos. Segundo este autor, era necessário que meninos até essa idade fossem recebidos nas escolas femininas de segundo grau, sugerindo a criação de uma escola que pudesse capacitar e dar instruções primárias para o sexo masculino e feminino, prevendo uma reorganização do ensino primário e secundário da corte, e a organização da escola primária, e de uma escola normal.

Na medida em que a escravidão estava em vias de extinção, Carvalho apresentou em seu decreto questões novas. As implicações de Carvalho poderiam ser caracterizadas como preparo para uma nova sociedade, difundida na liberdade individual de cada um, já que fundamentava sobre a liberdade de ensino, a educação dos sexos em comum e que alunos não católicos estavam desobrigados de frequentar as aulas de ensino religioso.

O Decreto nº 7.247 (BRASIL, 1879) previa traçar disposições de reorganização do ensino a serem observadas nos regulamentos de instrução primária e secundária no município da Corte, nos regulamentos dos exames preparatórios nas províncias, nos estatutos das Faculdades de Direito e de Medicina, bem como nos regulamentos das escolas politécnicas, destacando que só seriam cumpridas de imediato as determinações que não trouxessem aumento de despesas. (MACHADO, 2002)

O Decreto n.7247 de Leônicio de Carvalho ao instituir a liberdade de ensino, a liberdade de frequência e o ensino religioso como facultativo tornou-se um marco na organização da escola pública. O artigo 2º do decreto (BRASIL, 1879) defendia a questão da educação comum aos dois sexos até que “[...] se mostrem habilitados em todas as disciplinas que constituem o programa das escolas primárias do 1º grau. Serão obrigados a frequentá-las no

município da Corte os indivíduos de um e outro sexo, dos 7 aos 14 anos de idade [...]”.

Segundo Seki (2008), a Reforma de Leôncio de Carvalho tratou com detalhes o ensino primário ao buscar tornar livre o ensino, reorganizar escolas primárias, bibliotecas e museus escolares, criar escolas para adultos analfabetos, além de estabelecer Conferências Pedagógicas significativas nos processos de reformas educacionais.

Neste sentido, seriam cumpridas apenas medidas que não exigissem verbas, devendo ser executadas, e as questões que envolvessem consultoria no financiamento teriam que esperar aprovação da Assembléia Legislativa. Assim, o Decreto foi submetido à apreciação da Comissão de Instrução Pública, composta pelo relator Rui Barbosa. Ocupante da cadeira na Assembléia Legislativa e analista. Rui Barbosa defendeu uma proposta de reforma no ensino concordando e discordando de alguns dos aspectos tratados por Carvalho, até então. Destacava a necessidade de que o Estado se responsabilizasse inteiramente pela educação, sugerindo ao Estado criações de estabelecimentos custeados em todas as províncias. Para Barbosa, a coeducação dos sexos foi pensada como uma forma de constituir a inovação na República em termos pedagógicos, já que desta forma introduziria oficialmente o método das lições de coisas ou método do ensino intuitivo.

Ao defender o ensino englobado pelo método intuitivo, no que diz a respeito a introdução da matéria das lições de coisas apresentada por Leôncio de Carvalho (1879) no Decreto de 19 de abril, Rui Barbosa (1883) em seus *pareceres*, fez crítica ao relator que o Carvalho “desacertou” ao instituir as lições de coisas como matéria independente das demais matérias do plano de estudos e do programa escolar. Além de que, segundo ele, as lições de coisas não deveria ser um assunto que ocupasse um lugar em específico nos programas de ensino como a geografia, o cálculo ou as ciências naturais, mas sim um processo geral e método que subordinasse todas as disciplinas na instrução elementar. Caso contrário, se aplicado como sugeria a lei do Decreto, Barbosa acreditava que poderia se tornar a inovação do método intuitivo no ensino do brasileiro, “inútil”:

Nada contribuiria mais para inutilizar de toda essa inovação, para levar a uma degenerescência imediata do que uma especialização tal, que parte da compreensão imperfeita da natureza deste ensino. [...] No pensamento do substantivo, pois, as lições de coisas não se inscreve no programa porque constitui o espírito dele, não tem lugar exclusivo no horário: preceitua-se para o ensino de todas as matérias, como o método comum, adaptável e necessário a todas. (BARBOSA, 1882, p. 214-215).

Com base no contexto histórico do autor que formulou *pareceres* em 1883, inserido sob este assunto em “Obras Completas” (1947), Rui Barbosa acreditava que ao permitir que meninas e meninos frequentassem o mesmo espaço escolar, estar-se-ia abrindo sem sobra de dúvidas, possibilidades para que ambos os sexos se enfrentassem em constantes rivalidades. Neste sentido, estariam os sexos sujeitos e colocados à prova de experimentação da sensibilidade, valores, deveres e amor-próprio presentes no ambiente escolar, características que no decorrer da época eram consideradas frágeis e próprias das moças.

A intenção de Barbosa (1883), ao colaborar com a inserção dos sexos para as mesmas condições de estudo e mesmas disciplinas curriculares já apontava para uma iniciativa ao método intuitivo. O que se quer dizer, neste sentido, é que as intenções de Barbosa (1883) se voltavam a explicar que os indivíduos, ao estarem juntos nas mesmas classes, estariam superando as antigas formas tradicionais de educação, e explorariam o conhecimento científico aliado ao experimento social pelo contato direto com o sexo oposto. Desta forma, estariam os dois sexos experimentando a forma concreta das relações sociais adulta, a partir das regras de comportamento e de civilidade, estímulo prático que seria ministrado pelo professor dentro da sala de aula, faria com que habituassem os sexos às regras de cidadania e compromisso, e os ensinassem a melhor maneira de se portar como homens e mulheres convivendo juntos.

Barbosa (1883), em relação a coeducação dos sexos, defendia que este tipo de ensino facilitaria alguns dos problemas do Brasil, dentre eles o econômico, já que com este sistema, o Estado precisaria manter uma única escola para meninos e meninas, ao invés de ter que repartir os sexos em escolas separadas, reutilizando-se os mesmos meios de instrução, material

pedagógico, espaço escolar e professores em detrimento de um mesmo plano de participação educacional. Segundo este autor, tal modelo de educação misto serviria de solução para com os problemas sociais que enfrentava o Brasil, já que a mistura dos sexos favorecia ordenadamente uma prévia formação das instruções básicas necessárias da vida em sociedade, mesmo que futuramente os sexos viessem a ocupar posições de classe diferentes. De acordo com Rui Barbosa (1883), este novo modelo educacional do século XIX traria vantagens maiores por possibilitar comodidades para as famílias, já que poderiam mandar juntos para uma mesma escola irmãos e irmãs.

Sobre a questão dos sexos, percorreram durante todo o século XIX propostas e discussões fervorosas com o propósito de implantação do sistema coeducativo no Brasil. Porém, com a mesma progressividade ocorreram opiniões e fundamentações particulares de alguns autores que eram contra e que contestavam a confirmação do sistema misto para o país. Tais objeções incidiam ao mesmo tempo em que eram feitas as manifestações sobre o ensino público nas propostas de Leôncio de Carvalho (1879) e Rui Barbosa (1883). Desta forma, tais argumentos contraditórios serviram de empecilho para a rapidez da implantação e da adoção do sistema misto nas escolas.

Mesmo com divergências as propostas feitas por Carvalho (1883) e Barbosa (1883) encontravam na sociedade um clima favorável para mudanças em torno dos processos educacionais, pois o Brasil passava por um período de transformações nos campos econômicos e políticos. Tais transformações provocavam discussões que envolviam, de certa maneira, diversos intelectuais.

Até este momento, as *noções de cousas* surgia como disciplina da escola primária de 1º grau, e *Prática de ensino intuitivo ou lições de cousas*, como matéria da Escola Normal (VALDEMARIN, 2004, p. 61). Nesta pesquisa acompanha-se a polêmica desencadeada pela temática “coeducação dos sexos e uso do método intuitivo”.

A partir disso, as influências de Leôncio de Carvalho e Rui Barbosa se manifestaram nos debates educacionais, continuando a ser discutido na reforma educacional de Benjamin Constant. Apresenta-se a seguir as preposições feitas por Benjamin Constant em 1890 em sua reforma educacional e de que maneira algumas partes do Decreto nº 7247 de Leôncio de Carvalho as objeções e contribuições de Barbosa (1883) contribuíram para

uma continuidade de pensamentos destes três autores sugerindo uma linearidade no que se diz respeito do método intuitivo. Defendiam que houvesse nas instruções primárias do 1º e 2º graus a observação direta dos objetos, para que assim se priorizassem a cultura dos sentidos e valorizassem o conhecimento de mundo dos indivíduos da nova geração a ser fomentada.

O MÉTODO INTUITIVO NA REFORMA DE BENJAMIN CONSTANT (1890)

Para guisa de entendimento sobre a inserção do método intuitivo no Brasil, é importante que se saiba a partir de quando e por quem começaram a ser divulgadas esse método. Desta forma, foram feitas análises dos materiais, e constatou-se que um dos disseminadores para a inserção das ideias do método intuitivo foi Rui Barbosa por ter traduzido para o português o manual de Norman Alisson Calkins, denominado *Primeiras Lições de coisas*, publicado no Brasil em 1886. Valdermarin (2004, p.133-134) esclarece que no século XIX estava em discussão uma nova maneira de ensinar a educação primária com o uso que traziam os benefícios do método intuitivo. Neste momento os manuais de ensino, traduzidos para o português por Rui Barbosa, contribuíram também para a inserção deste método no Brasil. Seu objetivo foi instruir o professorado a respeito das orientações

Rui Barbosa em 1886 visou, ao publicar as *Lições de coisas*, contribuir na inserção deste método no Brasil e orientar pais, professores, diretores e proprietários de escolas particulares sobre concepções e instrumentalizações necessárias para a execução deste método em sala de aula. Segundo Barbosa, havia a necessidade de se criar um método, já que os que existiam com este nome eram métodos inabilitados para aprendizagem. Nota-se no trecho a seguir a fala de Rui Barbosa defendendo com evidência o estudo do método intuitivo em detrimento de outros:

[...] Esses métodos empéctivos e funestísimos incorrem hoje na mais geral condenação: e a experiência dos países modelos indigita as lições de coisas, o ensino pelo aspecto, pela realidade, pela intuição, pelo exercício reflexivo dos sentidos, pelo cultivo complexo das faculdades de observação, como o destinado a suceder triunfantemente aos processos verbalistas

ao absurdo formalismo da escola antiga. (BARBOSA, 1883, p.9)

Em meio as mudanças que ocorreram na sociedade brasileira, compreende de que forma os currículos educacionais pretendiam contribuir para formação de novos cidadãos intermediados pelos conteúdos da instrução escolar pública. Desta forma, o Decreto nº. 981 de 1981 do Governo Provisório que regulamentava a escola Primária do 1º e do 2º grau, do autor Benjamin Constant, bem como as ideias influenciadas pelo positivismo de Augusto Comte presentes nesta Reforma Educacional, foram tomado como marco deste estudo. Assim, ao se discutir a presença da corrente filosófica positivista, que iniciado por Augusto Comte, em Paris, no final do século XIX, influenciou os intelectuais do Brasil daquela época, se discute as mudanças que ocorreram no eixo da educação em conjunto com a situação social e política da instrução pública no final do Império e início da República.

O Brasil inaugurou a República por inspiração positivista e sem derramar “sangue”. Neste contexto, as chamadas revoluções “brancas” eram características marcantes do positivismo, outra influência notada desta filosofia no Brasil foi marcada por meio do Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, que proposto por Benjamin Constant e idealizado por Miguel Lemos, regulamentava a escola Primária do 1º e do 2º grau. O decreto apresentava as disciplinas de conteúdo “Moral e Cívica” e, objetivado a formar novos cidadãos para outra realidade social, enfatizava a formação de homens que tivessem a capacidade de refletir no contexto desta nova sociedade, para que contribuíssem no seu papel de cidadão livre e consciente, por meio do voto (SILVA, 2008).

A sociedade que emergia passou por diversas mudanças, dentre a discussão para adoção da República, o fim da escravidão, o início do trabalho assalariado e da industrialização no país. Em meio a tais mudanças ocorridas na sociedade brasileira, tem-se como objetivo para este trabalho, priorizar os aspectos que correspondiam a formação da pessoa humana para este novo tipo de papel na sociedade, ou seja, os quesitos de saberes e aptidões que passaram a ser exigidos nos currículos para que indivíduos pudesse desempenhar a função social de trabalhadores e cidadãos. Desta forma, para

que pudessem suprir a nova demanda que exigia e serem inseridos nesta nova forma de sociedade, era preciso preparar tais indivíduos, e para que isso acontecesse muitos dos intelectuais encontravam a alternativa na educação.

[...] caberia ao Estado resolver as questões sociais, possibilitar a instituição de uma ordem livre, devendo ser a instalação de uma ditadura republicana a forma de governo transitória até a Europa e o mundo atingirem a paz entre as classes. Pela reforma das mentes dos operários e dos industriais seria possível instituir uma ordem socialmente justa, ensinando-lhes os deveres a serem cumpridos. (MENDES, 1936, apud, SILVA, 2008, p.77)

A partir daí, foi feita a elaboração de um conjunto de medidas na educação em detrimento do positivismo ligado as questões sociais e políticas que se perpassavam naquela época. Para isso, deveria ser garantida a incorporação da classe desfavorecida nas relações de trabalho e bem estar social de modo que se organizasse uma nação com condições básicas para a conquista da modernidade no país. Condições básicas que se estabeleciam de modo a garantir relações de trabalho, proteção social, saúde, moradia, educação e condições de trabalho. Mendes (1913, p. 77) relata que a incorporação do proletariado na sociedade exigia um encaminhamento científico a ser seguido. Desta forma, era preciso reagir a todo custo, contra a violência, o egoísmo, o despotismo, aceitando as diferenças com a fraternidade universal, de modo a incorporar pessoas na ciência e na indústria. Tais saberes ofereceriam situações de dignidade ao proletariado, o avanço enfim, consistia em prevalecer por toda a parte o altruísmo sobre o egoísmo, a indústria sobre a guerra e a ciência sobre a teologia.

Silva (2008), em sua tese, descreve que Comte organizou a sociologia como ciência, dividindo-a em duas áreas: estática social e dinâmica social. De acordo com este autor, a estática se fundamentava em estudar as forças que mantinha a sociedade unida, enquanto que a dinâmica era a responsável pelas mudanças sociais e suas causas. Neste sentido, e a pedido do então Ministro da Fazenda Rui Barbosa, Teixeira Mendes escreveu o lema “Ordem e Progresso”, na Bandeira Nacional, fundamentando-se no positivismo cujo se pautava pela ordem (estática) e progresso (dinâmica).

Pretende-se conhecer os desdobramentos do método intuitivo no Brasil no final do século XIX. A escolha deste estudo se dá pela justificativa devido ao que o positivismo fundado em Paris por Augusto Comte (1798– 1857), marcou em meio aos conflitos sociais, políticos e econômicos pelo capitalismo dos oitocentos. Esta corrente filosófica esteve presente no Brasil e teve como divulgador Benjamin Constant. Iniciou-se no século XIX como uma reação ao idealismo e, considerada filosofia positivista era contra ao primado da razão, da teologia ou da metafísica, baseando-se apenas no mundo físico e material. Benjamin Constant, inspirado no positivismo, relatou:

A Filosofia Positiva não é uma dessas doutrinas vagas e arbitrárias que os metafísicos têm criado, baseando-as em hipóteses gratuitas e verificáveis, e que só podem ter influência passageira; ao contrário, é uma doutrina racionalmente fundada no raciocínio, na observação e na experiência, únicas fontes que podem oferecer à atividade de nosso espírito um alimento tão substancioso, e os dados essenciais à sua marcha progressiva, e essa força ascendente com que vemos aumentar cada vez mais o tesouro dos seus conhecimentos elevando-se gradativamente dos fenômenos os mais elementares aos fenômenos mais complicados, das leis as mais simples às leis as mais transcendentais. Nenhuma Filosofia guarda maior conveniência, entre as concepções científicas e as doutrinas religiosas, e melhor satisfaz as nossas várias necessidades físicas, morais e espirituais. Nenhuma melhor subordina a ciência à religião. (MENDES, 1894, p. 179).

Para pensadores e filósofos do positivismo seria possível aperfeiçoar as instituições de tal modo que surgiam propostas de reformas, confirmando isso Ribeiro (2003) aponta: “[...] O que os positivistas queriam demonstrar com a criação da nova bandeira é que não se podem romper subitamente os laços com o passado e que toda reforma, para frutificar, deve tirar seus elementos do próprio estado de coisas a ser modificado.” (RIBEIRO, 2003, p. 214).

A seguir se discute as ideias do método intuitivo com maior especificidade nos objetivos de inovação de Benjamin Constant, além disso, de que forma a filosofia positivista se fez presente nas suas reformas.

A Primeira República (1889-1930) se destacou por ter em demasia a formulação de propostas de reforma na educação. Porém, apenas cinco destas propostas foram concebidas durante este período, pela Assembléia Legislativa: a Reforma Benjamin Constant (1890-1891), a Reforma Epiácio Pessoa (1901),

a Reforma Rivadávia Corrêa (1911), a Reforma Carlos Maximiliano (1915) e a Reforma João Luiz Alves (1925). No entanto, tem-se primordialmente como marco deste estudo, o projeto de reforma de Benjamin Constant (1890-1891).

A Reforma Benjamin Constant (1890-1891) foi a primeira de uma série de medidas visando o campo educacional na República, proposta no Governo Provisório de Manoel Deodoro da Fonseca. O período que compreende a Primeira República forneceu elementos que permitiram compreender melhor o enraizamento do positivismo no Brasil, já que por meio do processo de consolidação da mesma, pode-se verificar a forte presença deste pensamento nas escolas públicas brasileiras do momento.

No contexto daquela sociedade, o qual passava por diversas mudanças como a transição da Monarquia para a República, o fim da escravidão, o início do trabalho assalariado e da industrialização no país, a instrução pública teve como objetivo formar novos cidadãos para outra realidade social. Neste sentido, era preciso formar homens aptos a reflexão, capazes de constituírem-se como cidadãos livres e conscientes, por meio do voto (SEKI, 2008).

O Brasil em meio as mudanças nas áreas política, social e econômica, teve durante a mudança do Império para a República a presença do positivismo na educação. Benjamin Constant, juntamente com outros intelectuais daquele momento, se empenhou em propagar o positivismo no país. Frente aos acontecimentos da sociedade daquela época, Benjamin Constant, propagador do método intuitivo teve a matriz de suas ideias em Augusto Comte. Para que houvesse o sucesso da progressão econômica do país, promoveu uma reforma dos currículos, assim, a educação foi pensada como ponto fundamental em meio a este processo.

Ao se considerar as mudanças que ocorreram na sociedade brasileira, compreende-se que os currículos educacionais pretendiam contribuir para a formação de novos cidadãos intermediados pelos conteúdos da instrução escolar pública. Desta forma, o Decreto nº. 981 de 1981 do Governo Provisório que regulamentava a escola Primária do 1º e do 2º grau, do autor Benjamin Constant teve ideias influenciadas pelo positivismo de Augusto Comte presentes nesta Reforma Educacional, conforme assinala Silva (2008, p.95):

Defendia uma escola livre, laica, por meio da substituição do currículo acadêmico por um currículo enciclopédico, com a

inclusão das disciplinas científicas, como matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia e moral com forte inspiração positivista, com a finalidade de romper a tradição católico-humanista. [...] Garantindo esses conhecimentos mínimos, aqueles que tiverem capacidade teórica poderão ampliar ou seguir seus estudos freqüentando bibliotecas, museus e laboratórios. A mãe deveria assumir, o ensino da primeira e da segunda infância, fundando-se na doutrina universalmente aceita, cujos princípios definiriam os deveres de todos para com todos [...]

A superioridade das características do método intuitivo consistia na colocação dos fatos e objetos para serem observados pelos alunos, a partir do que o conhecimento emergisse no entendimento da criança com dados fornecidos pelo próprio objeto. Segundo os defensores do método, a intuição seria a capacidade de ver, de observar. Ao escolher o método intuitivo para sua reforma, Benjamin Constant pretendeu valorizar outras formas de ensino das que eram adotadas pelas teorias tradicionalistas até então. Cartolano (1994) descreve que o método das “lições de coisas” estimularia os alunos ao conhecimento prático dos fenômenos, seguindo a linearidade do concreto para o contato com os objetos, propiciando aos sujeitos o acesso ao conhecimento físico e natural, dos cálculos aritméticos e da agronomia. Neste sentido, no que diz respeito as raízes do método intuitivo, estas estavam alojadas, já que a educação em comum aos sexos apontava sobretudo, para o acesso de uma experiência dos fenômenos naturais da sociedade.

O positivismo e suas raízes se destacaram na América do Sul como um riquíssimo instrumento educativo. Neste sentido, pretendia-se com este método levar os indivíduos para o progresso, de acordo com as circunstâncias de cada país. Silva (2008, p. 93) mostra que:

Transformar do Brasil, país rural e com características coloniais, em Estado moderno, implicava tornar a incorporação dos índios e negros. A civilização republicana moderna exigia essa incorporação. Os representantes do apostolado faziam uma crítica á mediocridade dos políticos da época, á ignorância dos representantes da classe dominante e as ações da Igreja Católica que, sob o pretexto de educar, acabavam reduzindo os negros e índios a explorados pelos interesses eclesiásticos.

Na referida citação nota-se que o autor retrata o norte da reforma educacional da época. O autor nos explica que o apostolado direcionava a educação básica para a universalização, já que a intenção se voltava a fazer com que o acesso a escola possibilitasse a estes indivíduos, até então excluídos, uma evolução da formação profissional, cuja base estaria no seio da família, atribuindo as mães o papel de principal educadora.

Benjamin Constant se preocupou ainda no aperfeiçoamento do magistério, por isso propôs reforma na Escola Normal. Por conta disso, formulou um regulamento pautado na grade curricular nos programas de Pedagogia da capital federal. Segundo Silva (2008), Benjamin acreditava que a formação de professores deveria ser fundamentada no altruísmo, paixão e sentimento cívico. Para tanto e para que isso acontecesse, deveria ser organizada uma instituição capacitada a transmitir-lhes tais saberes. Sobre isso, no que se refere à importância da criação de um curso cujo ensino secundário fosse reorganizado, sob o exercício pleno do magistério em forma de seriação e com direito a diploma de Bacharel ao término, Cunha Júnior destaca que:

A fundação do Imperial Collegio de Pedro II (CPII), em 1837, é sem dúvida, um momento importante da história do processo de escolarização do ensino secundário oficial no Brasil. [...] a instrução secundária oferecida no Município da Corte e nas demais províncias brasileiras, concentrava-se até então nas aulas avulsas, em estabelecimentos particulares e em alguns seminários religiosos. (CUNHA JÚNIOR, 2008.p. 27).

Neste trabalho se buscou discutir a presença da corrente filosófica positivista, que iniciado por Augusto Comte em Paris, no final do século XIX, provocou os intelectuais do Brasil naquela época, e, neste contexto, desencadeou mudanças que ocorreram na reforma de educação de Benjamin Constant (1890). Coube ainda discutir tais elementos em conjunto com a situação social e política da instrução pública no final do Império e início da República. Comprovando tais argumentos, Silva (2008) mostra que:

Para compreender parte dos fenômenos educacionais ocorridos na passagem do Império para a República, torna-se indispensável uma leitura atenta da normatização do ensino e

das leis gerais do país. A ordenação jurídica de um país consiste no estabelecimento e na fixação de um determinado feixe de idéias hegemônicas de um período histórico. Entre os constituintes, eram numerosos os positivistas, agrupamento que, muitas vezes, revelava maior clareza em relação às suas intenções e aos seus projetos de sociedade. (SILVA, 2008, p. 70)

Benjamin Constant, ao filtrar o positivismo em sua reforma, reinterpretando as ideias da filosofia positivista trazida por Comte que se ajustavam pelo eixo da educação, tratou de iniciar nas escolas cuja instrução fosse primária em 1º e 2º graus, matérias que valorizassem o ensino voltado para o conhecimento, por meio dos sentidos, da observação e experimentação direta. Desta forma, as lições de coisas vinham responder conforme Cartolano (1994, p.165, apud, SEKI, 2008), as exigências de uma disciplina não só específica do currículo, mas a forma de processo geral de ensino aplicável as demais disciplinas que se opunha radicalmente aquela forma convencional usada até então, e que enfatizava a verbalização do mestre e as verdades absolutas.

O documento de Benjamin Constant consolidando sobre o papel da instrução escolar pública primária nas categorias de 1º e 2º graus concebeu a escola como livre, gratuita e laica e, concordando com os aspectos tratados nos debates de Leôncio de Carvalho e Rui Barbosa sobre a educação dos dois sexos em comum, propôs no 1º parágrafo do artigo 2º que meninos até 8 anos frequentassem as escolas de 1º grau do sexo feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais visto como uma prática do que um conceito, a educação destinada aos dois sexos em várias regiões do mundo se fundamentava em uma rotina livre de teorizações, quadro o qual o Brasil não se encaixava no fim do século XIX (GONDRA; SHUELER, 2008). A partir deste período a intenção de se criar uma educação pautada na promiscuidade nas escolas públicas na maioria dos países ocultava-se do pressuposto de discussão por ser um assunto tratado como polêmico desde os séculos anteriores, e atentava-se para a investigação

de soluções cabíveis na inserção dos dois sexos ligados numa mesma disciplina, expostos a uma mesma condição escolar.

A escola da época de 1870 sofria ainda com algumas características dominantes da igreja. A escola pública somente se fez presente na história da educação brasileira após o período de 1890 com o advento da República. É a partir daí que o poder público assumiu a tarefa de organizar e manter integralmente as escolas, tendo como objetivo a difusão do ensino para toda a população (SAVIANI, 2011).

Ao confirmar isso, as autoras Gondra e Shueler (2008) afirmam que as consequências que tinha a sociedade brasileira do século XIX de querer preservar o conservadorismo ao extremo baseavam-se nitidamente nas fortes influências que tinham as ligações da moral religiosa com a sociedade. Esta que era presente em lei constitucional, e demarcada pela fé Católica, por muito tempo combateria e não permitiria que estivesse qualquer tipo de penetração vinculada a instituições protestantes nos moldes educacionais. (GONDRA, SCHUELER, 2008).

Os anos de 1870 a 1890 demarcaram a história da escola pública no Brasil, pelo o que possibilitou de entendimento da construção do sistema de educação pública nacional e atual. Neste sentido, a década de 1870 marcou o início do investimento público em construção escolar, ainda que não a edificação de estruturas escolares como se veria somente após 1890 com o advento da República e com a difusão de um ideário reformador da instrução pública que se difunde por este trabalho pela filosofia positivista. Esta que ocupava lugar central das reflexões se destrinchou com as ideias sobre um novo método, o intuitivo.

A maior preocupação das revoluções que ocupavam o cenário da época eram as reformas, estas, no campo da educação, priorizariam um programa de organização para todos os níveis de ensino. Benjamin Constant (1890) inspirou-se nas ideias do positivismo para organizar a instrução pública em sua reforma educacional. Na condição de ministro, encaminhou ao Distrito Federal um projeto contemplando os planos de reformas para os estágios de ensino. Para o ensino primário, os projetos eram direcionados a gratuidade, liberdade e laicidade; e para que o ensino fosse ministrado á exercício do magistério público, deveriam ser exigidos os diplomas autenticados pela Escola Normal.

A inserção do método no Brasil teve por objetivo instruir o professorado a respeito das orientações e adaptações dos materiais pedagógicos de um novo método para a sala de aula. Ao afirmar que no século XIX estava em discussão uma nova maneira de ensinar a educação primária com os usos e os benefícios do método intuitivo, Valdemarin (2004, p. 105) esclarece que:

O que estava em questão era, portanto, o método de ensino entendido como uma orientação segura para a condução dos alunos, por parte do professor, nas salas de aula. Para tanto, foram elaborados manuais segundo uma diretriz que modificava o papel pedagógico do livro, que, em lugar de ser um material destinado à utilização dos alunos, se converte no material essencial para o professor, expondo um modelo de procedimentos para a elaboração de atividades que representem a orientação metodológica geral prescrita.

Como responsável em disseminar as ideias do método intuitivo, Dermeval Saviani (2011) aparece atualmente como contribuinte da história da educação Brasileira. Sobre a Reforma de Leôncio de Carvalho, este autor informa que o Decreto nº 7247 (BRASIL, 1879) proporcionou sinais em direção ao método do ensino intuitivo já que o que se encontra manifestado é o enunciado de uma disciplina prática do ensino intuitivo ou lições de coisas no artigo 9º, e no artigo 4º no currículo da Escola Normal, as “noções de coisas” como componente disciplinar e curricular da escola primária.

Ao reconhecer este método presente nos anos finais do século XIX, o autor ressalta que:

Esse procedimento pedagógico, conhecido como método intuitivo ou *lições de coisas*, foi concebido com o intuito de resolver o problema da ineficiência do ensino, diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX; e, ao mesmo tempo, essa mesma revolução industrial viabilizou a produção de novos materiais didáticos como suporte físico ao novo método de ensino (SAVIANI, 2011, p.138).

Apresentar o método intuitivo e os seus objetivos de ensino presente nas inovações educacionais de Benjamin Constant é fundamental para que melhor se compreenda as mudanças que ocorreram no Brasil no âmbito escolar que

foi sendo difundido o modelo de instituição escolar dos dias atuais. Complementando este trabalho, foi importante ter feito uma análise dos itens que abordaram Leôncio de Carvalho, Rui Barbosa e Benjamin Constant perante a inserção dos dois sexos nos mesmos bancos escolares e a implantação de uma escola científica que se utilizaria do método intuitivo, dando ênfase na situação social e educacional do Brasil da época mencionada, e nos objetivos centrais das reformas.

Ao dar ênfase sobre a importância de que em todos os cursos da instrução primária houvesse constantemente empregado os usos do método intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar, Benjamin Constant, assinou o novo *Regulamento da instrução primária e secundária* do Distrito Federal em 1890 (SCHELBAUER, 2003, p. 196).

A análise das fontes primárias da pesquisa partiu do pressuposto de que as questões abordadas pelos autores fossem entendidas em suas relações com o contexto social. A temática foi analisada em conjunto com as propostas educacionais de Leôncio de Carvalho, Rui Barbosa e Benjamin Constant, assim leituras de estudos que analisaram esse debate foram importantes à pesquisa, bem como os estudos que fundamentaram a compreensão das transformações sociais, políticas e educacionais que marcavam o final do século XIX. Trata-se de um estudo histórico que buscou compreender os debates ocorridos no campo educacional, social e político.

Este estudo resultou em um artigo científico, de caráter bibliográfico, baseado nas leituras do Decreto de Leôncio de Carvalho, *pareceres* de Rui Barbosa, e Reforma de Benjamin Constant, o qual regulamentava a escola Primária do 1º e do 2º grau. Durante a pesquisa, foi utilizado material de apoio, com a leitura de livros sobre o momento histórico e de materiais que se referiram ao debate sobre a *coeducação dos sexos e o método intuitivo* no legado educacional do final do Império, início da República. As atividades específicas que foram desenvolvidas se basearam no levantamento de obras, além das apontadas no projeto, que permitiu compreender as transformações sociais, políticas e econômicas na segunda metade do século XIX, além de leituras e fichamentos das fontes principais da pesquisa que permitiu analisar as fontes primárias. Foi feita uma redação preliminar discutindo os principais argumentos encontrados para a elaboração do artigo; anotações

sistematizadas dos textos que permitiram aprofundar a compreensão do período, dentre as reuniões com a orientadora a fim de se discutir o andamento dos estudos; e por fim, a análise e redação do texto final, para fins de publicação.

Discutir assuntos que foram tratados como polêmica no século XIX como foram os temas da coeducação dos sexos e o método de ensino intuitivo nos dias atuais, possibilita aos futuros gestores e professores do âmbito educacional se envolver nos processos da herança histórica da forma de escola que hoje se tem. Na verdade, para se pensar em instituição escolar, tal como chega até o momento é necessário que se investigue o passado e que se compreenda a realização do fenômeno ao longo do tempo. Neste sentido, a historiografia tem papel importante no sentido de permitir ao futuro pedagogo entender as relações sociais do passado que fizeram com que se definisse temporalmente a produção material dos homens. Compreendendo estes aspectos e refletindo sobre natureza e especificidade da educação, cabe ao pedagogo que construa a síntese e conceito sobre a perspectiva da pedagogia histórico-crítica, teoria adotada pelos profissionais da educação dos dias de hoje nas salas de aula.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. **Obras completas**. Vol. X, tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 981**. In: Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7247, de 19 de abril de 1879. Reforma do ensino primário, secundário e superior no município da Corte em todo o Império In: BARBOSA, Rui. Reforma do ensino secundário e superior. **Obras completas**. v. IX, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942, p 273-303.

CARVALHO, Carlos Leôncio. In: **MACHADO**: histedbr [internet]. [acesso em 2012 jul 29]. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_carlos_leoncio_de_carvalho.htm

CARTOLANO, Maria Teresa Penteadó. **Benjamin Constant e a Instrução Pública no Início da República**. Campinas: UNICAMP, 1994. (Tese de Doutorado).

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 3ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira de. **O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

GONDRA, J.G. e SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. p.199-220. São Paulo: Cortez, 2008.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: pensamento e ação**. Campinas, SP: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2002.

MENDES, R. Teixeira. **Benjamin Constant: Esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Peças Justificativas. 1894.

MENDES, R. Teixeira . **O ensino primario official e a regeneração humana**. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brazil, 1913.

MEZZARI, Vilma Apda de Souza. **A trajetória Pedagógica de Benjamin Constant**. UEM, 2001.

NOGUEIRA, Nelson Garcia. **O ideal republicano de Benjamin Constant**. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Tip. Do Jornal do Comércio Rodrigues e C. 1936.

RIBEIRO, João J. **Augusto Comte e o positivismo**. Campinas: Edicamp, SP. 2003.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SEKI, Ariella Lucia Sachertt; Machado, MARIA Cristina Gomes. A disciplina de instrução moral e cívica na reforma educacional de Benjamin Constant de 1890. In: **VIII JORNADA DO HISTEDBR**, 2008, São Carlos. VIII JORNADA DO HISTEDBR, 2008. v. 1. p. 1-22.

SILVA, João Carlos da. **O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim: as propostas do apostolado positivista para a educação brasileira (1870-1930)**. (Tese de Doutorado em Educação). UNICAMP. São Paulo. 2008.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **A constituição do Método de Ensino Intuitivo na Província de São Paulo (1870-1889)**. (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação de São Paulo. SP. 2003.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Estudando as lições de coisas**. Campinas: Autores Associados, 2004.

